



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE CAXIAS DO SUL EM 30.09.2015

Aos 30 dias do mês de setembro de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Caxias do Sul a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005276-54.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Diretor do Foro MAURÍCIO MACHADO MARCA, pela Coordenadora LISETE MARIA KIST WIRTH e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Data da instalação da Unidade: 17.05.1979

Data da última correição realizada: 21.08.2014

Jurisdição: Antônio Prado, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Nova Pádua, São Marcos.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 30.09.2015

2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1. DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Maurício Machado Marca	2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul

2.2. SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Caxias do Sul gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.



2.2.1. Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Lisete Maria Kist Wirth	Técnico Judiciário – Portaria	Coordenador (CJ1)	09.12.2014
2	Alexandre Caetano Nodari	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	04.05.2015
-	Adelir Jorge Nunes dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	28.02.1993
3	Celso Luiz Meneguzzi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	31.08.2001
-	Cristiano da Silva Hull	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	01.04.2013
-	Jose Salvador de Vargas Veiga	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	01.04.2013
-	Lazaro Martins Acosta	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	29.01.2010
4	Marceli Gomes Teixeira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	19.10.2009
5	Maria Alice Santrovitsch	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	29.05.2009
-	Sergio Barbosa de Sousa	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	30.10.2014
6	Silvia Reolon Nodari	Analista Judiciário – Área Juciária	-	01.06.2015
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

				Unidade Judiciária
1	Daniel Oliveira de Araujo	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.09.2010
2	Jair Antunes dos Santos	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	05.11.2013
3	Joao Roque Redaelli	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.09.1998
4	Jorge Bogoni	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.09.1998
5	Jorge Takemura Okabayashi	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.10.2013
6	Marise Hedvigés Dresch	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	24.09.1998
7	Milena dos Santos Pini	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	29.10.2012
8	Paula Grossi Fernandes Gontijo de Oliveira Lage	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	23.03.2015
9	Vamberto da Silva Cavalcanti Junior	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	13.12.2012
10	Vivi Antonio Vicenzi	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.09.1998

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 11.09.2015)

2.2.2. Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.



Sustentou a coordenadora a necessidade de lotação de mais um Oficial de Justiça na Central de Mandados de Caxias do Sul, considerando que atendem demandas de seis Varas do Trabalho, têm dez oficiais e vêm convivendo com servidores em LTS por longos períodos.

2.2.3. Afastamento dos Servidores

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
41	Lisete Maria Kist Wirth	Curso ou Evento	10 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	18 dias	34 dias
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	6 dias	
2	Alexandre Caetano Nodari	Curso Parcial	
	Dispensa Médica	1 dia	3 dias
3	Adelir Jorge Nunes dos Santos	Curso ou Evento	5 dias
		Dispensa Médica	1 dia
		Doação de Sangue	1 dia
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	23 dias
4	Cristiano da Silva Hull	Curso ou Evento	4 dias
		Curso Parcial	1 dia
		Doença em Pessoa da Família	4 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3 dias
5	Jose Salvador de Vargas Veiga	Curso ou Evento	5 dias
		Dispensa do Ponto	2 dias
		Doação de Sangue	3 dias
		Doença em Pessoa da Família	7 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2 dias
6	Lazaro Martins Acosta	Curso Parcial	5 dias
		Dispensa do Ponto	2 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	20 dias
7	Maria Alice Santrovitsch	Curso ou Evento	3 dias
8	Sergio Barbosa de Sousa	Curso ou Evento	5 dias



		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3 dias	
9	Sílvia Reolon Nodari	Curso ou Evento	4 dias	7 dias
		Curso Parcial	3 dias	
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Daniel Oliveira De Araujo	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15 dias	15 dias
2	Jorge Bogoni	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	131 dias	131 dias
3	Marise Hedvigés Dresch	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	55 dias	55 dias
4	Paula Grossi Fernandes Gontijo De Oliveira Lage	Prazo para Deslocamento	15 dias	15 dias
5	Vivi Antonio Vicenzi	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	249 dias	249 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015)

2.2.4. Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
<i>Em consulta ao Sistema de Recursos Humanos, em 14.09.2015, não se verificou movimentação de saída de servidores no período correccionado.</i>					
Servidores Lotados na Central de Mandados					
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Marcus Vinicius de Carvalho E Souza	27.06.2014	22.03.2015	8 meses e 25 dias	Removido para outro Regional (TRT 22ª R.)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015)

2.2.5. Estagiários:

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015.



2.3. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO:

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Lisete Maria Kist Wirth	81 horas	-	94,5 horas	175,5 horas
2	Alexandre Caetano Nodari	35 horas	8 horas	75 horas	118 horas
3	Adelir Jorge Nunes dos Santos	-	-	36 horas	36 horas
4	Celso Luiz Meneguzzi	20 horas	-	210 horas	230 horas
5	Cristiano da Silva Hull	-	-	36 horas	36 horas
6	Jose Salvador de Vargas Veiga	-	-	36 horas	36 horas
7	Lazaro Martins Acosta	-	-	36 horas	36 horas
8	Marceli Gomes Teixeira	-	-	609,5 horas	609,5 horas
9	Maria Alice Santrovitsch	25 horas	-	176 horas	201 horas
10	Sergio Barbosa de Sousa	-	-	346 horas	346 horas
11	Silvia Reolon Nodari	32 horas	8 horas	20 horas	60 horas
Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Daniel Oliveira de Araujo	5 horas	-	93 horas	98 horas
2	Jair Antunes dos Santos	-	-	-	-
3	Joao Roque Redaelli	-	-	265 horas	265 horas
4	Jorge Bogoni	-	-	-	-
5	Jorge Takemura Okabayashi	-	-	110 horas	110 horas



6	Marise Hedvigés Dresch	-	-	-	-
7	Milena dos Santos Pini	-	-	5 horas	5 horas
8	Paula Grossi Fernandes Gontijo de Oliveira Lage	-	-	-	-
9	Vamberto da Silva Cavalcanti Junior	-	-	-	-
10	Vivi Antonio Vicenzi	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 14.09.2015)

* Gestora da Unidade Judiciária.

3. ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2013	2.036	R\$ 11.262,03	R\$ 0,00
Média mensal – 2013	169,67	R\$ 938,50	R\$ 0,00
2014	2.017	R\$ 11.154,92	R\$ 0,00
Média mensal - 2014	168,08	R\$ 929,58	R\$ 0,00
Variação 2013-2014	-0,93%	-0,95%	-
2015 (até agosto)	1.270	R\$ 7.023,21	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 15.09.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram recebidas pela Unidade, em média, 168,08 solicitações de emissão de certidão negativa por mês em 2014, com redução de 0,93% na média de certidões expedidas mensalmente, refletindo estabilidade em relação ao ano de 2013.

Em regra, as certidões negativas solicitadas são entregues no prazo de 24 horas, conforme informado pela Coordenadora. Quando há urgência ou o solicitante é de cidade diversa, a certidão é emitida no mesmo dia, evitando a necessidade do usuário retornar ao Foro de Caxias para retirar a certidão.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos originais e a guias que comprovam o recolhimento de emolumentos (GRU) são enviados ao arquivo do Foro.



3.2. UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1. Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	39.608 – 99,90%	38 – 0,10%	39.646
Processos com reclamadas	120.553 (Totalmente) – 99,97%	24 – 0,02	120.595
	18 (Parcialmente) – 0,01		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia **25.03.2013** passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela **Portaria Conjunta TRT4 nº 1.632/2013**, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo informações prestadas pela Coordenadora, atualmente, são adotados procedimentos de unificação dos dados das reclamadas junto ao inFOR, com base em informações prestadas pelas Secretarias, mandados devolvidos pelos Oficiais de Justiça, bem como é realizada uma verificação periódica das reclamadas ainda não unificadas. A conferência é realizada junto ao próprio processo físico ou cópia do mesmo e com documentos que contenham consulta junto ao Infojud, acompanhados da determinação judicial competente. Destacou a Coordenadora, que quando da inclusão de uma nova reclamada ou sócios no banco de dados no sistema, a unificação é realizada imediatamente, consultando-se o próprio banco de dados e os dados constantes na inicial, no caso embargos de terceiro em processos físicos, bem como confere eventual duplicidade existente. Além disso, atualiza os dados cadastrais de reclamadas no inFOR a partir das alterações de dados de reclamadas no PJe encaminhadas pela Corregedoria Regional.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 15.09.2015, **99,90%** das reclamadas do Foro de Caxias do Sul encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam **99,97%** dos processos que tramitam no Foro. Esses números apontam estabilidade em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2014, cujos percentuais alcançavam 99,67% de reclamadas unificadas e 99,89% de processos com cadastros de reclamadas totalmente unificados.

3.2.2. Endereços de advogados



UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		9.542 – 99,76%	23 – 0,24%	9.565
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	115.243 (Totalmente) – 95,56%	5.334 – 4,42%	120.595
		18 (Parcialmente) – 0,01%		
	Reclamada	120.452 (Totalmente) – 99,90%	97 – 0,08%	120.574
		25 (Parcialmente) – 0,02%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, em 15.9.2015, **99,76%** dos endereços de advogados cadastrados no Foro Trabalhista de Caxias do Sul encontravam-se unificados, restando apenas **23** endereços de advogados não unificados. Nos processos cadastrados no Foro, os endereços dos advogados de reclamantes e de reclamadas vinculados que se encontravam totalmente unificados representavam, respectivamente, **95,56%** e **99,90%**.

Na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2014, a Unidade Judiciária apresentou involução, uma vez que, em 13.08.2014, havia 16 endereços de advogados com cadastro não unificado na Comarca.

3.2.3. Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS				
		Unificadas	Não unificadas	Total
Órgãos		1.372 – 100%	0	1.372
Processos com Órgãos		10.230 – 100%	0	10.230

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)

De acordo com o sistema informatizado inFOR, em 15.9.2015, o cadastro de órgãos do Foro Trabalhista de Caxias do Sul se encontrava 100% unificado, a exemplo do verificado na última correição, o que é elogiável.

3.3. CADASTRAMENTO DE PETIÇÕES INICIAIS (PROCESSOS FÍSICOS)

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até ago.)
Ação Anulatória	1	0	-100,00%	0
Ação Cautelar	4	0	-100,00%	0
Ação Civil Coletiva	1	0	-100,00%	0
Ação Civil Pública	8	0	-100,00%	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	18	0	-100,00%	0
Ação de cobrança de honorários	0	0	-	0
Ação de consignação	72	0	-100,00%	0
Ação de cumprimento	2	0	-100,00%	0
Ação de indenização	21	0	-100,00%	0
Ação declaratória	0	0	-	0
Ação monitória	0	0	-	0
Ação possessória	0	0	-	0
Ação de repetição de indébito	1	0	-100,00%	0
Ação de representação sindical	0	0	-	0
Ação rescisória-instrução	0	0	-	0
Carta de Ordem	3	0	-100,00%	0
Carta de sentença	11	7	-36,36%	2
Carta precatória	159	0	-100,00%	0
Carta rogatória	0	0	-	0
DC/RDCV-instrução	0	0	-	0
Embargos de terceiro	14	8	-42,86%	29
Habeas corpus	0	0	-	0
Habeas data	0	0	-	0
Homologação	0	0	-	0
Inquérito	2	0	-100,00%	0
Mandado de segurança	0	0	-	0
Outros	3	0	-100,00%	1
Protesto	0	0	-	0
Reclamatória-ordinário	1.480	0	-100,00%	0
Reclamatória-sumaríssimo	171	0	-100,00%	0
Restauração de autos	0	0	-	0
TEE Outros	10	0	-100,00%	0
TEE ajuste de conduta MPT	1	0	-100,00%	0
TEE conciliação da CCP	0	0	-	0
TEE multa DRT	0	0	-	0
TOTAL	1.982	15	-99,24%	32
MÉDIA POR MÊS	165,17	1,25	-99,24%	4,00



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)

No ano de 2014, foram distribuídas 15 novas ações em meio físico no Foro de Caxias do Sul, 1.967 processos a menos que os distribuídos em 2013 (-99,24%). Essa redução é justificada pela implantação do PJe-JT na 6ª Vara do Trabalho em 24.9.2012 e nas demais unidades (1ª a 5ª Varas do Trabalho) em 25.03.2013, de forma que os cadastramentos realizados no sistema informatizado em 2014 referem-se exclusivamente a petições iniciais vinculadas a processos físicos em tramitação no Foro Trabalhista de Caxias do Sul (v.g., cartas de sentença, embargos de terceiro). Os casos novos autuados a partir de 25.3.2014 tramitam no meio eletrônico e foram distribuídos diretamente às Unidades Judiciárias, sem trânsito pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro.

3.4. PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados									
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	5ª Vara	6ª Vara	Total	Dias úteis	Média/dia
2013	9.138	10.752	10.826	10.581	10.672	-	41.297	233	177,24
2014	5.057	5.381	5.538	5.479	5.092	-	21.455	228	94,1
Variação 2013-2014	-44,66%	-49,95%	-48,85%	-48,22%	-52,29%	-	-48,05%	-2,15%	-46,91%
2015 (até agosto)	2.200	2.377	2.571	2.401	1.757	-	9.549	149	64,09

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)

OBS: A 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, desde sua instalação, recebe apenas processos em meio eletrônico.

Verificou-se, no sistema informatizado, que as Unidades Judiciárias do Foro Trabalhista de Caxias do Sul protocolaram 21.455 petições e documentos em 2014. Esse número corresponde à média de 94,1 protocolos a cada dia útil no período.

De acordo com a Coordenadora, as petições e documentos protocolados e os processos devolvidos são encaminhados para as Varas do Trabalho no final do dia, após o encerramento do expediente externo. Pedidos urgentes são imediatamente encaminhados. A conferência é realizada por meio de relatório impresso, em uma única via.

3.5. ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho.



O arquivo do Foro Trabalhista de Caxias do Sul localiza-se em prédio distinto daquele em que sediadas as Unidades Judiciárias e a Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, sito na Rua Luiz Rossi, nº 111, Bairro Exposição, CEP 95084-300, Caxias do Sul, RS.

Os processos arquivados são relacionados em guias e encaminhados pelas Varas do Trabalho à CCDF, que efetua a conferência dos processos que integram o lote, verificando os dados registrados na guia de remessa: se o lote é para arquivo definitivo ou provisório, quantidade e identificação dos processos, número de volumes de cada processo, altura do lote (se condiz com o previsto na Consolidação), se há documentos avulsos pendentes de entrega à parte, e se o registro de arquivamento do processo está de acordo com a determinação (arquivo definitivo ou provisório). Após a conferência, é colocada etiqueta identificando o número do lote, ano e a VT de origem.

Na data de inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho, separados em lotes, com identificação da VT a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento, refletindo o arquivo ótima organização.

De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2014, foram encaminhadas 185 guias de arquivamento pela 1ª Vara, 173 guias pela 2ª Vara, 185 guias pela 3ª Vara, 127 guias pela 4ª Vara e 73 guias pela 5ª Vara, totalizando 743 guias de arquivamento no ano.

3.6. LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0103200-70.2008.5.04.0401 *	08.02.2013	22.02.2013	2 anos e 7 meses
0067500-30.2008.5.04.0402	09.12.2014	19.12.2014	9 meses e 3 dias
0006000-59.2005.5.04.0404	13.05.2015	25.05.2015	3 meses e 27 dias
0201900-44.2009.5.04.0402	12.06.2015	24.06.2015	2 meses e 28 dias
0000132-59.2012.5.04.0403	12.06.2015	24.06.2015	2 meses e 28 dias
0122300-11.2008.5.04.0401	27.07.2015	06.08.2015	1 mês e 16 dias
0000223-86.2011.5.04.0403	20.08.2015	31.08.2015	21 dias
0001543-34.2012.5.04.0405	20.08.2015	31.08.2015	21 dias
0010800-68.2007.5.04.0402	20.08.2015	31.08.2015	21 dias
0000947-33.2010.5.04.0401	24.08.2015	03.09.2015	19 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.09.2015)

(*)Expedido mandado de busca e apreensão de autos, sem resultado positivo.



A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 10 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes. Destaca-se a existência de autos em carga desde 08.2.2013 (proc. nº 0103200-70.2008.5.04.0401), em relação ao qual foi expedido mandado de busca e apreensão sem resultado positivo, devendo ser reiterado.

4. ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento, não excedente a 6 meses, para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Caxias do Sul está dividida em 10 setores, consoante a especificação abaixo.

Setor A-01 – Oficial Paula Grossi Fernandes Gontijo de Oliveira

Lage: abrange parte da área central de Caxias do Sul e bairros: Rio Branco, São Pelegrino, Cinquentenário, Medianeira dentre outros;

Setor A-02 – Oficial Vamberto da Silva Cavalcanti Júnior:

abrange a Zona Norte da cidade de Caxias do Sul - bairros: Lourdes, Interlagos, Jardim América, Fátima, Oásis, São Ciro e área central até a RST 453;

Setor A-03 – Oficial João Roque Radaelli:

abrange a Zona Oeste da cidade de Caxias do Sul - bairros: Pio X, São José, Nossa Senhora da Saúde, Reolon, Pioneiro e Distrito Industrial;

Setor A-04 – Oficial Daniel Oliveira de Araújo:

abrange parte da área externa do Município de Caxias do Sul, bem como os Municípios de Flores da Cunha e Antônio Prado e seus interiores (bairros, linhas e área rural);

Setor A-05 – Oficial Jorge Bogoni:

abrange parte da área central da cidade de Caxias do Sul e bairro Exposição e Esplanada;

Setor A-06 – Oficial Jorge Takemura Okabayashi:

abrange a Zona Sul da cidade de Caxias do Sul - bairros: Galópolis, Bela Vista, Cohab, Aeroporto, Salgado Filho e Vila Cristina;

Setor A-07 – Oficial Jair Antunes dos Santos:

abrange parte da área externa do Município de Caxias do Sul; Ana Rech, Serrano, Fazenda Souza, Criúva, dentre outros, bem como o Município de São Marcos, incluindo sua área rural;



Setor A-08 – Oficial Milena dos Santos Pini: abrange a Zona Leste da cidade de Caxias do Sul - bairros: Cruzeiro, Bela Vista, Petrópolis, De Lazzer;

Setor A-09 – Oficial Vivi Antônio Vicenzi: abrange parte da área Central de Caxias do Sul e bairro Cristo Redentor; atendido por revezamento semanal entre os demais oficiais de justiça, exceto os que atendem as áreas externas, quando do afastamento do responsável por LTS;

Setor A-10 – Oficial Marise Hedvigés Dresch: abrange a Zona Sul/Oeste da cidade de Caxias do Sul - bairros: Desvio Rizzo, Forqueta, dentre outros;

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCr, a Coordenadora da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é feito a cada 4 meses.

4.2. DISTRIBUIÇÃO E DEVOUÇÃO DOS MANDADOS

Os mandados são distribuídos duas vezes por semana, na segunda-feira os mandados normais e urgentes e na quinta-feira os mandados que chegam com identificação de urgentes, tanto físicos como eletrônicos. São considerados urgentes, mesmo que não identificados como tal, os mandados relativos à notificação de audiência, que ingressam na Central 30 dias antes da data designada para a audiência; se o prazo para realização da audiência for de até 10 dias do ingresso do mandado na Central, as notificações são encaminhadas ao plantonista.

Os mandados a serem cumpridos pelo plantão são distribuídos assim que ingressam no painel do Distribuidor, que comunica ao plantonista, para cumprimento no mesmo dia ou, quando o caso, no máximo em 48 horas.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores, nos mandados relacionados com processos físicos, é feito pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCr. Certificado o cumprimento do mandado pelo Oficial de Justiça, a Coordenadora efetua os registros pertinentes, e encaminha o mandado à Vara do Trabalho, tarefa cumprida diariamente. Nos processos eletrônicos, a Coordenadora não tem acesso às certidões dos oficiais de justiça, que são remetidas diretamente à Unidade Judiciária de origem.

4.3. EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Número de mandados recebidos para cumprimento – Processos Físicos							
1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	5ª Vara	6ª Vara	Total	Média mensal



2013	907	1.127	1.176	806	525	-	4.016	334,67
2014	576	494	357	390	336	-	1.817	151,42
Varição 2013-2014	-36,49%	-56,17%	-69,64%	-51,61%	-36,00%	-	-54,76%	-54,76%
2015 (até agosto)	206	217	186	127	84	-	736	92,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)

OBS: A 6ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul, desde sua instalação, recebe apenas mandados de processos eletrônicos.

Considerando exclusivamente **os processos físicos** (o PJe-JT foi implantado no Foro Trabalhista de Caxias do Sul em **25.03.2013**), a Central de Mandados de Caxias do Sul recebeu **1.817** mandados para cumprimento **em 2014**, representando queda de 54,76% na demanda na comparação com o ano de 2013. Em termos de média mensal, foram recebidos 334 mandados em 2013, recuando para 151 mandados em 2014 e para 92 mandados em 2015,

Em relação aos mandados recebidos oriundos de processos eletrônicos (PJe), não há como apontar a efetiva quantidade, porquanto o sistema e-Gestão recupera como “recebidos” exclusivamente os mandados já cumpridos pelo oficial de justiça avaliador, não computando no total de “recebidos” aqueles ainda não cumpridos.

Considerando a soma dos mandados recebidos em meio físico (4.016 mandados em 2013 e 1.817 mandados em 2014) e aqueles distribuídos (e cumpridos) em meio eletrônico (1.886 mandados em 2013 e 4.700 mandados em 2014), a **média mensal** de mandados recebidos, que em 2013 era de 491,83, aumentou para **548,83** mandados em 2014, representando aumento de **11,59%** no período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até ago.)
Busca e Apreensão	18	14	-22,22%	10
Citação	690	375	-45,65%	153
Condução de Testemunha	10	6	-40,00%	0
Notificação	2.157	727	-66,30%	268
Penhora	1.324	883	-33,31%	326
Outros	382	178	-53,40%	84
Total	4.581	2.183	-52,35%	841

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)



Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até ago.)
Intimação	1	0	-100,00%	0
Notificação	1.542	3.597	133,27%	2.623
Mandado	323	1.060	228,17%	741
Ofícios	20	43	115,00%	25
Total	1.886	4.700	149,20%	3.389

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.09.2015)

Em 2014, foram cumpridos **6.883** mandados pelos oficiais de justiça avaliadores, dos quais 2.183 oriundos de processos físicos e 4.700 de processos eletrônicos. No ano de 2013 foram cumpridos **6.467** mandados (4.581 de processos físicos e 1.886 processos eletrônicos). Portanto, houve aumento no número total de mandados cumpridos de 2013 para 2014 (0,64%).

Considerando o número de mandados recebidos das Varas do Trabalho em 2014, oriundos exclusivamente de processos físicos (item 4.3.1 – 1817 mandados), foram cumpridos 366 mandados a mais do que os recebidos no mesmo ano, refletindo redução do estoque de mandados pendentes de cumprimento de 2014 para 2015. Com relação aos processos eletrônicos, o sistema não informa o total de mandados recebidos ainda não cumpridos, circunstância que interfere na avaliação da produtividade dos oficiais de justiça.

Em relação aos tipos de diligências recebidas, os mandados de penhora são os mais comuns nos processos físicos, enquanto as notificações representam a maioria nos processos eletrônicos.

4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Variação 2013- 2014	2015 (até ago.)
Busca e Apreensão	6,50	4,64	-28,57%	7,60
Citação	11,74	10,20	-13,10%	8,88
Condução de Testemunha	7,20	12,00	66,67%	#DIV/0!
Notificação	7,27	7,09	-2,41%	8,68
Penhora	20,23	20,52	1,47%	18,90



Outros	9,66	15,24	57,64%	8,93
Prazo médio geral	11,88	13,72	15,47%	12,69

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até ago.)
Intimação	0	0	-	0
Notificação	9,54	8,89	-6,85%	8,64
Mandado	15,79	13,62	-13,75%	13,86
Ofícios	8,75	11,77	34,49%	4,48
Total	9,59	9,98	4,07%	9,75

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.09.2015)

O tempo médio para cumprimento dos mandados oriundos de processos físicos passou de 11,88 dias em 2013, para 13,72 dias em 2014 (+15,47%). Nos mandados oriundos de processos eletrônicos, o tempo médio para cumprimento aumentou 4,07% (9,59 dias em 2013 e 9,98 dias em 2014). Em 2015, os dados parciais colhidos até setembro apontam redução no prazo médio para cumprimento dos mandados oriundos tanto de processos físicos como de processos eletrônicos.

Em relação ao lapso para cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que os mandados de penhora são os que demandam mais tempo (20,52 dias), seguidos pelos mandados classificados como “outros” (15,24 dias). O cumprimento mais célere é verificado nos mandados de busca e apreensão dos processos físicos (4,64 dias) e nas notificações (7,09 dias).

4.3.4. Número de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até ago.)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	1	5,56%	3	21,43%	3	30,00%
Citação	243	35,22%	110	29,33%	38	24,84%



Condução de Testemunha	1	10,00%	2	33,33%	0	#DIV/0!
Notificação	355	16,46%	125	17,19%	63	23,51%
Penhora	641	48,41%	378	42,81%	141	43,25%
Outros	93	24,35%	59	33,15%	21	25,00%
Total Geral	1.334	29,12%	677	31,01%	266	31,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.09.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2013		2014		2015 (até ago.)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Intimação	0	-	0	-	0	-
Notificação	540	35,02%	1.041	28,94%	926	35,30%
Mandados	177	54,80%	506	47,74%	368	49,66%
Ofícios	10	50,00%	11	25,58%	4	16,00%
Total	727	38,55%	1.558	33,15%	1.298	38,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.09.2015)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT).

Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, observa-se, em relação aos processos físicos, que foram devolvidos 677 mandados após o decurso do prazo legal em 2014, valor correspondente a 31,01% de todos os mandados cumpridos. O índice supera o de devolução de mandados oriundos de processos em atraso em 2013 (29,12%).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, foram devolvidos 1.558 mandados com atraso em 2014, equivalente a 33,15% de todos os mandados cumpridos, ao passo que em 2013 o percentual de mandados eletrônicos devolvidos com atraso correspondeu a 38,55%.

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados do Foro de Caxias do Sul.

OFICIAL DANIEL OLIVEIRA DE ARAUJO
PROCESSOS FÍSICOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	03	03	00	00	00	00
Citação	50	72	31	35	08	10
Condução de Testemunha	00	01	00	00	00	00
Notificação	179	207	39	50	22	23
Penhora	171	181	55	65	25	35
Outros	57	59	08	13	02	02
Total	460	523	133	163	57	70

OFICIAL DANIEL OLIVEIRA DE ARAUJO
PJe

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	0	0	0	0	0	0
Notificação	166	159	387	388	288	293
Mandado	55	49	105	108	82	80
Ofício	04	04	13	13	01	01
Total	225	212	505	509	371	374

OFICIAL JAIR ANTUNES DOS SANTOS
PROCESSOS FÍSICOS

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	01	01	00	00
Citação	04	05	26	34	11	12
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	02	03	74	80	17	16
Penhora	10	12	83	107	25	32
Outros	01	01	16	19	10	10
Total	17	21	200	241	63	70



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

OFICIAL JAIR ANTUNES DOS SANTOS						
<u>PJe</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	22	13	327	337	212	188
Mandado	05	04	104	105	59	50
Ofício	00	00	05	05	00	00
Total	27	17	436	447	271	238

OFICIAL JOAO ROQUE REDAELLI						
<u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	01	01	00	01
Citação	44	56	49	61	13	17
Condução de Testemunha	01	01	03	04	00	00
Notificação	174	205	102	118	25	25
Penhora	109	124	79	98	48	51
Outros	57	61	19	22	12	12
Total	386	448	253	304	98	106

OFICIAL JOAO ROQUE REDAELLI						
<u>PJe</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	147	143	426	430	351	339
Mandado	47	47	142	142	109	107
Ofício	01	01	01	01	01	01
Total	195	191	569	573	461	447



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

OFICIAL JORGE BOGONI PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	00	00	01	01
Citação	70	84	21	32	04	07
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	349	388	30	37	27	28
Penhora	132	154	71	87	18	21
Outros	43	44	07	09	09	09
Total	599	675	129	165	59	66

OFICIAL JORGE BOGONI PJe						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	174	174	351	351	243	240
Mandado	40	39	83	84	49	47
Ofício	07	07	02	02	04	04
Total	221	220	436	437	296	291

OFICIAL JORGE TAKEMURA OKABAYASHI PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	02	02	01	01
Citação	16	16	35	47	12	15
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	41	46	63	71	22	23
Penhora	24	26	113	130	29	36
Outros	03	03	20	22	10	10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Total	84	91	233	272	74	85
OFICIAL JORGE TAKEMURA OKABAYASHI						
<u>PJe</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	20	20	359	356	348	344
Mandado	01	01	126	126	85	85
Ofício	00	00	06	06	03	03
Total	21	21	491	488	436	432

OFICIAL MARISE HEDVIGES DRESCH						
<u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	03	03	01	01
Citação	55	64	23	31	15	18
Condução de Testemunha	00	00	00	01	00	00
Notificação	185	226	68	85	36	37
Penhora	136	145	78	95	18	22
Outros	43	48	28	30	04	04
Total	420	484	200	245	74	82
OFICIAL MARISE HEDVIGES DRESCH						
<u>PJe</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	143	136	488	476	191	187
Mandado	40	32	95	98	51	55
Ofício	02	01	02	03	02	02
Total	185	169	585	577	244	244



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

OFICIAL MILENA DOS SANTOS PINI <u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	03	03	06	06	02	02
Citação	71	90	23	31	03	05
Condução de Testemunha	00	00	00	01	00	00
Notificação	199	231	63	67	31	36
Penhora	126	134	84	104	18	23
Outros	24	25	32	34	06	08
Total	423	483	208	243	60	74

OFICIAL MILENA DOS SANTOS PINI <u>PJe</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	01	01	00	00	00	00
Notificação	195	195	351	347	269	272
Mandado	28	27	82	81	65	67
Ofício	00	00	05	05	03	03
Total	224	223	438	433	337	342

OFICIAL PAULA GROSSI FERNANDES GONTIJO DE OLIVEIRA LAGE <u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	00	00	00	00	12	13
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00	25	27



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Penhora	00	00	00	00	14	12
Outros	00	00	00	00	09	10
Total	00	00	00	00	60	62
OFICIAL PAULA GROSSI FERNANDES GONTIJO DE OLIVEIRA LAGE						
<u>PJe</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00	85	75
Mandado	00	00	00	00	50	45
Ofício	00	00	00	00	00	00
Total	00	00	00	00	135	120

OFICIAL VAMBERTO DA SILVA CAVALCANTI JUNIOR						
<u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	00	00	02	02
Citação	59	66	31	35	25	27
Condução de Testemunha	00	01	00	00	00	00
Notificação	199	225	97	112	33	34
Penhora	163	170	61	81	37	47
Outros	65	69	13	14	07	08
Total	487	532	202	242	104	118
OFICIAL VAMBERTO DA SILVA CAVALCANTI JUNIOR						
<u>PJe</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	153	153	362	362	314	305
Mandado	36	35	128	129	122	121



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Ofício	05	05	06	06	04	04
Total	194	193	496	497	440	430

OFICIAL VIVI ANTONIO VICENZI						
<u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	00	00	02	02
Citação	63	83	33	43	12	18
Condução de Testemunha	02	02	00	00	00	00
Notificação	251	282	68	76	10	11
Penhora	119	144	64	82	30	39
Outros	35	36	07	10	11	11
Total	474	551	172	211	65	81
OFICIAL VIVI ANTONIO VICENZI						
<u>PJe</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até ago.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	193	191	354	356	76	77
Mandado	33	32	112	110	26	29
Ofício	00	00	02	02	01	01
Total	226	223	468	468	103	107

5. AVALIAÇÃO DA UNIDADE

O Foro Trabalhista de Caxias do Sul está localizado em prédio próprio. A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados de Passo Fundo estão sob a coordenação de Lisete Maria Kist Wirth, que exerce a função desde 09.12.2014.

A Coordenadoria de Controle tem vinculados a si onze servidores: uma função CJ1 (Coordenador - Lisete), uma função FC02 (Assistente - Alexandre), um analista judiciário (Silvia), oito técnicos judiciários (Celso, Marcell, Maria Alice, Adedir, Cristiano, José, Lázaro e Sérgio, sendo os cinco últimos com especialidade “segurança”). Na Central de Mandados, estão lotados dez Oficiais de Justiça Avaliadores Federais.



Observou-se, quando da Inspeção Correcional, que, à exceção de seis Oficiais de Justiça, os servidores da Coordenadoria e da Central de Mandados participaram, em 2014, de eventos de capacitação, em média, 171 horas por servidor da Coordenadoria e 119 horas por servidor (considerados quatro oficiais de justiça) da Central de Mandados. Os afastamentos mais significativos foram dos servidores Marise (55 dias), Jorge Bogoni (131 dias) e Vivi (249 dias), vinculados à Central de Mandados, em razão de LTS. A movimentação de servidores envolveu apenas um (Marcus), vinculado à Central de Mandados.

Verificou-se redução de 0,93% na média de certidões negativas expedidas em 2014, na comparação com o ano de 2013. Manteve-se estável o percentual de unificação de dados cadastrais das reclamadas (99,67% em 2013 e 99,90% em 2014). A unificação cadastral de órgãos no Foro (100%) foi mantida de 2013 e 2014. Observou-se a existência de seis processos em carga com advogados há mais de trinta dias, um dos quais se encontra em carga há 2 anos e 7 meses, sendo **imperiosa** a cobrança de sua devolução, aliás, recomendação já constante da ata da Correição Ordinária realizada em 2014 na unidade. Em relação à Central de Mandados, observou-se redução no número de mandados recebidos das Varas do Trabalho em 2014 na comparação com o ano de 2013 (-15,52%), considerados exclusivamente aqueles gerados em processos físicos, e nova redução no ano de 2015. Houve aumento de 15,47% no prazo médio geral para cumprimento dos mandados gerados em processos físicos, com ligeira redução em 2015, conforme dados apurados até agosto; já nos mandados oriundos de processos eletrônicos os prazos, em média, menores que aqueles relacionados com processos físicos, aumentaram 4,07% em 2014, mantendo-se estáveis em 2015. Cresceu, em 2014, o número de mandados devolvidos em atraso, e os dados de 2015 indicam novo aumento. Esclareceu a Coordenadora que tal se deve ao perfil dos Oficiais de Justiça, que reiteram as tentativas de dar cumprimento aos mandados quando não exitosas na primeira vez, associado às licenças de saúde que afastaram alguns oficiais por períodos relevantes. Informou a Coordenadora que nas greves dos servidores, em 2014, não houve adesão de servidores da Coordenadoria e da Central de Mandados. Na greve de 2015, um servidor da Coordenadoria aderiu por todo o período e outro por apenas 10 dias; na Central de Mandados, 30% dos oficiais de justiça aderiram ao movimento nos primeiros trinta dias e, depois, todos retornaram ao trabalho. Afirmou a Coordenadora ter sido realizado o desfazimento de bens recebidos das Varas do Trabalho e também dos pertencentes à Coordenadoria. No momento, conforme apurado na visita ao arquivo do Foro Trabalhista, há grande quantidade de móveis e de equipamentos de informática para doação, cujo processo de desfazimento está em andamento, devendo ser informada a Vice-Corregedoria quando de sua conclusão.

6. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e órgãos) – Recomenda-se que sejam envidados esforços no



aumento dos índices de unificação de dados cadastrais de reclamadas e advogados.

ITEM 3.6. (Livro carga de advogados) – Determina-se a cobrança, com urgência, dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPC.

ITEM 4.3.3. (Tempo médio para cumprimento dos mandados) – Determina-se sejam envidados esforços à redução do prazo médio para cumprimento dos mandados, especialmente os de penhora.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso) - Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPC, especialmente em relação aos mandados de penhora.

Recomenda-se, ainda, sejam observados os Provimentos editados pela Corregedoria Regional, no pertinente à forma e teor de mandados a serem cumpridos pelos Oficiais de Justiça, e que casos que desatendam tais padrões, sejam encaminhados ao Juiz Diretor do Foro, que os tratará diretamente com o juiz da causa.

7. PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Diretor do Foro e os servidores da CCDF e da Central de Mandados, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho da Comarca, no dia 30.9.2015, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões relativas ao Foro Trabalhista de Caxias do Sul, tendo comparecido, para esse fim, os Advogados Valdecir Souza de Lima (OAB/RS nº 37.332), Máisa Ramos Aran (OAB/RS nº 39.316) e Gelson dos Reis (OAB/RS nº 78.805), que trataram de diversas questões atinentes ao Foro, nada mencionando em relação à CCDF e à Central de Mandados.

Também compareceu representante do jornal Folha de Caxias para entrevistas a Vice-Corregedora.

A Vice-Corregedora, acompanhada pelos juízes Maurício Machado Marca e Marcelo da Silva Porto, visitou o prefeito municipal, Alceu Barbosa Velho, na sede da Prefeitura, encontro do qual participaram, também, o procurador-geral do Município, Vitório Giordano da Costa, e o procurador do Município Felipe Marchioro. Na oportunidade, foram informados do andamento do processo administrativo que visa à doação do terreno localizado aos fundos do Foro Trabalhista, que permitirá a ampliação do prédio, e que está próximo de ser encaminhado para elaboração de lei municipal.

8. PRAZO PARA RESPOSTA



A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria da Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao suprimento das inconsistências detectadas.

9. ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Diretor do Foro Maurício Machado Marca, pela Coordenadora Lisete Maria Kist Wirth, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

Carmen Gonzalez
Vice-Corregedora Regional